

PROPOSTA DE PLANO DE ACÇÃO SINDICAL PARA O TRIÉNIO DE 1998/2000

COM TODOS MUDAR A ESCOLA CONSTRUIR O FUTURO

Este é o último Congresso da FNE no século XX.

Por isso, cabe-nos a responsabilidade de, na preparação dos tempos que se avizinham, encontrar orientações adequadas para os problemas que agora se nos apresentam.

Compete ao V Congresso da Federação Nacional dos Sindicatos da Educação analisar a situação presente, enunciando as suas opções relativamente ao futuro e determinar os caminhos que pretende percorrer na resposta aos desafios que escolhe afrontar.

Queremos uma Sociedade melhor, onde a dignidade humana seja sistematicamente respeitada.

Queremos intervir nesta sociedade através da força do movimento sindical democrático.

Queremos uma FNE coesa e interventora na sociedade, como factor imprescindível na identificação e promoção de alterações significativas no sentido da consecução de um sistema educativo de qualidade no nosso País.

Queremos que nessa sociedade se construa uma escola de cidadania onde se aprenda a gostar de aprender.

I

A escola enfrenta hoje novos desafios

Novas realidades sociais

Estamos confrontados com novas realidades sociais que exigem a redefinição do papel da escola e das suas estratégias de intervenção, de modo que ela se torne capaz de responder melhor às exigências destes novos tempos.

Hoje em dia a escola é frequentada por uma diversidade de alunos que transportam consigo vivências e necessidades diferentes. A escola é hoje frequentada por alunos oriundos de ambientes onde as regras da vida interna das escolas são desconhecidas. Outro factor a ter em conta na identificação dos novos alunos que frequentam as nossas escolas é o da desestruturação da família – sendo que chegam hoje à escola inúmeros alunos que vivem com um só dos pais e para quem as vivências familiares são diversas das tradicionais.

Acresce que as questões complexas que nos rodeiam incluem também o acréscimo de violência, o consumo e tráfico da droga, novas epidemias, como Sida.

Refira-se ainda que o prolongamento da

escolaridade obrigatória, bem como presença na escola de alunos que a procuram numa segunda oportunidade de aprendizagem, conduz a novos problemas que é necessário enfrentar.

Velhas angústias pressionam ainda a sociedade em que estamos: o desemprego e o recurso ao trabalho infantil constituem realidades que não vale a pena ocultar e que merecem a nossa preocupação e o nosso trabalho.

O lugar da escola na era do conhecimento

A mutação dos conhecimentos ocorre hoje a uma velocidade cada vez maior.

A escola - que liderou até há pouco tempo o processo de acesso aos saberes – está a perder liderança e o espaço que podia ocupar nesse processo. É que os nossos alunos podem aprender por muitos meios e muitas fontes que os professores, frequentemente, não dominam.

Assiste-se, assim, à inadequação dos saberes que a escola transmite às necessidades daqueles que a frequentam, já que estes saberes estão em competição com fortíssimos meios de comunicação social, muito aliciantes, e que tornam desinteressante a escola existente.

Por outro lado, a realidade da evolução das dinâmicas sociais tem-nos ensinado que a ligação das pessoas a um mesmo emprego não vai ser



PROPOSTA DE PLANO DE ACÇÃO SINDICAL PARA O TRIÊNIO DE 1998/2000

COM TODOS MUDAR A ESCOLA CONSTRUIR O FUTURO

permanente, verificando-se que, ao longo da vida, as pessoas vão passando por diferentes empregos.

Em consequência destas realidades, a nossa escola não vai servir exclusivamente as gerações mais novas; ela vai ter que ter respostas para aqueles que, noutros ciclos de vida, a procurarem para procederem à apropriação de novos conhecimentos.

Em contrapartida a esta evolução, a organização do sistema educativo tem vindo a privilegiar um paradigma que faz com que toda a escolaridade se tenha vindo a orientar no sentido de prosseguimento de estudos superiores universitários. Ora, para nós, esta é uma visão restritiva e que elimina e desqualifica vias diversas que constituem formações essenciais para o crescimento e qualificação da nossa sociedade.

Acresce a esta inaptidão da escola para responder às exigências dos novos tempos a verificação de que a escola não está a cumprir o papel essencial que lhe cabe na formação dos jovens para a cidadania. É que, tendo as famílias cada vez menos tempo para se encontrarem com os seus membros mais jovens, e não podendo, em consequência, exercer completamente a sua função formativa, têm vindo a transferir esta responsabilidade para as escolas. Assim, às escolas pede-se hoje que intervenham em cada vez mais e diversas dimensões educativas, porque as famílias deixaram de ter tempo para o fazer.

A escola não dispõe, ainda, de recursos humanos ou materiais que dêem resposta adequada à ocupação dos seus alunos nos tempos não lectivos.

A verdade é que, com poucas excepções, a escola de hoje mantém a escola que tivemos há três ou quatro dezenas de anos.

II UMA APOSTA NA QUALIDADE EM EDUCAÇÃO

Na escola que queremos ajudar a construir, temos de deixar que os jovens aí desenvolvam iniciativas próprias e nos diferentes aspectos recreativos, no âmbito sócio-cultural, dando-lhes

oportunidades de desenvolver os aspectos lúdicos que a criatividade e a originalidade determinarem, para que tenham tempo para serem crianças e jovens.

Neste quadro, há que equacionar as soluções que a escola deve proporcionar para dar resposta às exigências específicas, quer da educação pré-escolar, quer da escolaridade básica, quer do ensino secundário, quer do ensino recorrente, quer ainda do ensino superior.

À escola exigem-se hoje, por outro lado, novas valências que, por seu turno, exigem novas formações e novos profissionais.

Não é demais salientar que, cada vez mais, é necessário equacionar a escola num processo de parceria com as diversas realidades sociais em que ela se insere.

É para nós claro que a sociedade não se pode desresponsabilizar na assunção do papel que lhe cabe na busca de contributos para dar resposta às novas necessidades dos novos tempos: os pais, as autarquias e o Estado devem assumir por completo as suas responsabilidades na criação de mecanismos e estruturas de apoio aos jovens, com os quais as escolas se articulem, no desenvolvimento de uma acção comum e concertada.

É, assim, nossa preocupação maior que se construa hoje uma escola de qualidade que dê respostas às necessidades do futuro.

Carreiras profissionais dignificadas

Na perspectiva da FNE, há ainda um largo trabalho a desenvolver no sentido da dignificação das carreiras de todos os trabalhadores da Educação.

As exigências educativas pressupõem formações de alta qualidade, a que tem de corresponder uma valorização adequada de todas as carreiras.

1.1. No ensino superior

Dar-se-á prioridade à revisão dos estatutos do ensino superior universitário e politécnico, obedecendo aos seguintes princípios:

- revalorização salarial significativa;



PROPOSTA DE PLANO DE ACÇÃO SINDICAL PARA O TRIÊNIO DE 1998/2000

COM TODOS MUDAR A ESCOLA CONSTRUIR O FUTURO

- progressão em carreira por mérito absoluto e não sujeita à existência de vagas;

- fim do regime de dedicação exclusiva como regime normal de docência, articulado com a definição clara das condições de acumulação de funções docentes; tal pressupõe, por um lado, que os salários sejam fixados na base da dedicação plena, e, por outro lado, que, na definição das regras de acumulação, se garanta um ensino de qualidade que conjugue actividade lectiva, apoio aos alunos e investigação na instituição que prestigie o ensino superior e dê aos docentes a liberdade de exercício profissional consentânea com as suas responsabilidades

1.2. Nos ensinos básico e secundário

Não cabe mais, como resposta às exigências de mudança e inovação, o militantismo pedagógico; importa pugnar, sim, por um verdadeiro profissionalismo.

Deste modo, cabe reafirmar que o horário dos profissionais da educação não é um horário inferior ao dos demais trabalhadores deste país com idênticas responsabilidades. Ao nível dos professores, a relação entre a parte lectiva e a da preparação eficiente das aulas ultrapassa facilmente as 35 horas semanais.

Mas o horário dos professores não deve ser obstáculo à construção de uma escola a tempo inteiro para os alunos. Importa, assim, articular uma nova concepção de horários, com uma nova distribuição de responsabilidades e com a criação de novos serviços. Não cabe, no entanto, na nossa perspectiva, que esta preocupação possa corresponder a qualquer alteração do horário dos professores, e nomeadamente no que diz respeito à relação entre as respectivas componentes lectiva e não lectiva.

Em termos de carreira docente, a FNE considera que a sua revisão deve ser feita tendo em atenção os seguintes parâmetros:

- diminuição do tempo de serviço para acesso ao topo da carreira;

- correcção das anomalias que se detectam no seu desenvolvimento;

- valorização dos graus académicos, nomeadamente pela criação de novos índices para Mestres e Doutores e ainda à consideração especial dos Licenciados que obtêm um Diploma de Estudos Superiores Especializados;

- consideração de carreiras para os professores que têm visto degradada a sua situação remuneratória por indefinição de uma carreira própria, tendo em consideração a especificidade da sua habilitação.

1.3. Para os trabalhadores não docentes

A FNE está determinada a concluir o processo de negociação do Estatuto do pessoal não docente dos estabelecimentos de ensino não superior, não abdicando da nova filosofia de acesso e progressão nas carreiras, conjugando os factores de avaliação de desempenho, um programa coerente de módulos de formação que todos os não docentes têm de preencher e os tempos de permanência.

Cabe aqui salientar que o horário dos profissionais da educação não é um horário inferior ao dos demais trabalhadores deste país com idênticas responsabilidades. Os técnicos, administrativos e auxiliares de acção educativa têm mesmo, em alguns casos, horários superiores que importa reduzir.

Como pontos essenciais de um futuro Estatuto, a FNE privilegia:

1º - **revalorização e adaptação das carreiras e categorias** em função da especificidade da escola do futuro;

2º - **intercomunicabilidade** – consagração da criação de mecanismos que permitam o acesso a diferentes categorias das carreiras;

3º - **formação académica** – criação de facilidades, aos trabalhadores que pretendam aceder a formação em áreas directa ou indirectamente relacionadas com a educação, em



PROPOSTA DE PLANO DE ACÇÃO SINDICAL PARA O TRIÉNIO DE 1998/2000

COM TODOS MUDAR A ESCOLA CONSTRUIR O FUTURO

estabelecimentos de ensino superior, nas modalidades presencial ou mediatizada;

4º - **formação contínua** - devem ser estabelecidos mecanismos e recursos que permitam que a todos os trabalhadores não docentes seja garantido o acesso a formação que permita a sua adequação às necessidades dos serviços.

Carreiras Técnica e Técnica Superior

1. Especificidade das carreiras

A FNE, ao acolher os Técnicos de Educação, assumiu o compromisso de lutar, nas diferentes instâncias da Administração Pública, pela justa defesa dos interesses das carreiras destes trabalhadores, evidenciando as características específicas destas carreiras, no âmbito das necessidades da Educação e do Ensino.

2. Desbloqueamento da progressão nas carreiras

Exigimos o desbloqueamento da progressão nas diferentes categorias, contribuindo para a eliminação das situações aberrantes que têm obrigado estes trabalhadores à permanência por longos períodos nos diferentes patamares, velando por que os mecanismos vigentes sejam efectivamente respeitados pelas estruturas do Ministério da Educação.

3. Formação

Pugnamos pela definição de parâmetros de enquadramento de um programa coerente de formação nas diferentes componentes da administração, pedagógica, concepção de materiais, etc., de acesso facilitado, obviando as arbitrariedades que têm ocorrido na selecção dos trabalhadores a quem é oferecido acesso à formação.

Reorientação da formação inicial dos docentes

Não se pode permitir que por mais tempo se não reformule a formação inicial de todos os docentes.

É imprescindível que ela seja adequada a

uma intervenção pedagógica adequada, mas garantindo-se ainda a formação para as novas vertentes de intervenção de uma escola que é definitivamente uma escola de relação com os diferentes parceiros e uma escola de parceria com os agentes sociais com que está envolvida.

Completamento de habilitações

A FNE, entendendo como essencial que se garantam as mais altas qualificações para o exercício das funções docentes, exige que sejam tomadas medidas que possibilitem que todos os docentes obtenham, pelo menos, o grau de Licenciatura.

Deste modo, dever-se-á caminhar no sentido da eliminação de todas as situações de exercício de funções docentes com base em habilitação suficiente ou em Bacharelato.

Neste sentido, é essencial que se dê execução prática ao que a Lei de Bases do Sistema Educativo determina, em termos de direito a acesso a completamento de habilitações para aqueles que, estando já no sistema, não detêm o grau de Licenciatura.

Assim, os professores de habilitação suficiente vinculados ao Ministério da Educação deverão, nos prazos definidos por Lei, atingir o grau de Licenciatura através das Instituições de Ensino Superior, com especial responsabilidade para a Universidade Aberta, com a qual o Ministério da Educação deverá estabelecer os protocolos ajustados que lhe permitam dar resposta adequada a esta exigência.

O recurso a professores de habilitação suficiente deve ir sendo gradualmente reduzido, tendendo à sua eliminação. Aqueles que forem sendo necessários ao sistema deverão completar as suas habilitações, com rigor e qualidade, num processo que a FNE acompanhará.

Aos Bacharéis actualmente no sistema deve também ser facilitado, se assim o desejarem, o acesso a formações que lhes permitam atingir o grau de Licenciatura.



PROPOSTA DE PLANO DE ACÇÃO SINDICAL PARA O TRIÊNIO DE 1998/2000

COM TODOS MUDAR A ESCOLA CONSTRUIR O FUTURO

Formação contínua adaptada às necessidades

A todos os trabalhadores de educação devem ser facultadas condições de acesso a formação contínua que lhes garanta a adequação às novas necessidades de intervenção da escola.

Incluem-se aqui também todos os docentes cuja formação inicial não corresponda às necessidades de hoje do sistema educativo. A todos eles deve ser proporcionado acesso a ofertas de formação que permita a sua adequação e eventual reorientação dentro do sistema educativo.

Para além desta preocupação, a FNE exige que o exercício de diferentes funções especializadas no apoio e acompanhamento da diversidade dos alunos que frequentam as nossas escolas deve ser atribuído a docentes portadores das formações adequadas.

Novos profissionais na Educação

Aos docentes não se pode exigir que estejam habilitados a dar resposta a todos os problemas referidos e que se tornam comuns nas escolas dos nossos dias. Deste modo, é necessário equacionar a composição dos quadros de profissionais afectos a cada escola ou grupos de escolas, como psicólogos e assistentes sociais, os quais serão chamados a desenvolver tarefas próprias das suas especializações.

Para sermos capazes de responder aos novos problemas detectados, precisamos destes e de outros novos profissionais.

Deles se exigirão formações adequadas que lhes permitam a orientação de diversos tipos de actividade de resposta à diversidade de alunos com que trabalham.

Uma aposta clara na educação pré-escolar e na escolaridade obrigatória

A FNE considera essencial que se ampliem e se apressem todos os esforços que conduzam ao alargamento de oferta de educação

pré-escolar. Esta preocupação deve ser acompanhada da exigência de que todos os Jardins de Infância estejam dotados dos equipamentos e dos recursos materiais e humanos indispensáveis ao pleno desenvolvimento das suas actividades. Ao mesmo tempo ainda, é indispensável que se garanta que as carreiras dos educadores de infância da rede pública e da rede privada sejam equiparadas.

Apontamos ainda como uma das prioridades da política educativa o alargamento da escolaridade obrigatória para 12 anos.

Insistimos na urgência das medidas que conduzam à universalização da escolaridade básica obrigatória, entendida como uma valorização elementar que suporta as condições mínimas para uma igualdade de oportunidades entre os cidadãos.

Para que se garanta a efectividade da escolaridade obrigatória, é imprescindível:

- o reforço das medidas de apoio e compensação educativa;

- o estabelecimento de centros de ocupação de tempos livres onde seja possível articular horas de estudo assistido com o desenvolvimento de actividades lúdicas com finalidades formativas;

- organização de actividades que privilegiem os alunos com dificuldades de sucesso escolar, em escolas que disponham de espaços adequados, e com o recurso a professores com formação para este tipo de acompanhamento;

- promoção dos mecanismos que garantam uma verdadeira articulação entre todos os níveis em que se desenvolve a escolarização dos alunos, com destaque para a escolaridade obrigatória;

- determinação de medidas que combatam o abandono escolar, com envolvimento de toda a comunidade educativa.

- identificação e promoção de soluções organizacionais que garantam a articulação entre os diferentes ciclos de escolaridade;



PROPOSTA DE PLANO DE ACÇÃO SINDICAL PARA O TRIÉNIO DE 1998/2000

COM TODOS MUDAR A ESCOLA CONSTRUIR O FUTURO

- defendemos que a escola tenha liberdade na construção de novos horários que articulem a dimensão da formação académica, intelectual com a dimensão lúdica e de formação para a cidadania;

- consideramos urgente a reorientação da formação inicial dos docentes, tendo em conta as exigências que as novas modalidades de acesso ao saber tornam incontornáveis;

- preconizamos um investimento na qualidade na educação, indissociável da avaliação das escolas e dos diversos departamentos e serviços do Ministério da Educação;

Das escolas se espera que disponham dos recursos e possam articulá-los, com apoio em equipas pluridisciplinares, no sentido do apoio de que todos e cada um dos seus alunos carece.

Pela adopção de apoios educativos de resposta aos problemas dos alunos

O respeito que merecem todos os indivíduos, independentemente de eventuais deficiências que os afectem, exige por parte do Estado uma atenção particular e o estabelecimento de medidas de apoio que garantam a sua efectiva integração na sociedade de que fazem parte.

Aos docentes que têm a seu cargo o acompanhamento de alunos portadores de deficiências deve ser garantido todo o apoio e formação de que necessitarem.

A FNE defende que:

- ao Estado compete promover condições que garantam que os lugares destinados a apoios educativos sejam preenchidos prioritariamente pelos docentes que realizam a respectiva formação especializada;

- devem ser estabelecidas condições organizacionais e materiais (de transportes, de recursos e arquitectónicas) adequadas à integração dos alunos portadores de deficiências, nas escolas que forem determinadas para o feito, e enquanto não se garantir que cada escola tenha condições

para receber alunos portadores de deficiências;

- sejam constituídas, a nível de capital de distrito, equipas técnicas de apoio psicológico, de orientação escolar e profissional e de apoio psicopedagógico, bem como equipas multidisciplinares que, em conjugação com os serviços de saúde e da segurança social, colaborem com aqueles profissionais;

- se estabeleçam serviços de intervenção precoce, com a participação de professores/educadores especializados e com o apoio de outros profissionais, que detectem crianças portadoras de deficiência, na faixa entre os 0 e os 3 anos.

Pela descentralização e autonomia

A FNE, que sempre se bateu por mudanças significativas no âmbito da administração escolar, considera essencial:

- fazer o acompanhamento do lançamento do novo enquadramento legal para a administração e autonomia das escolas, com destaque para o cumprimento, pelas autarquias, dos preceitos referentes à dotação dos agrupamentos de escolas com recursos que lhes permitam a concretização dos seus projectos;

- reivindicar o acesso a formação especializada para o exercício dos diferentes cargos de gestão nas escolas.

No nosso entendimento, o novo regime de administração das escolas deve ser estimulador de uma maior participação dos diferentes agentes da comunidade educativa na respectiva administração e deve promover condições para que os docentes aí desenvolvam a sua profissionalidade.

Por uma nova política de construções e equipamentos escolares

A FNE exige que o acesso de todos à Educação seja garantido por um parque escolar suficiente e adequadamente equipado. Nestes termos, salienta particularmente a necessidade de:



PROPOSTA DE PLANO DE ACÇÃO SINDICAL PARA O TRIÉNIO DE 1998/2000

COM TODOS MUDAR A ESCOLA CONSTRUIR O FUTURO

- reorientação das políticas de equipamentos educativos – quer no que diz respeito aos edifícios escolares e à distribuição dos seus espaços, quer no que diz respeito ao mobiliário e equipamentos educativos;

- dinamização de espaços escolares próprios ao desenvolvimento de uma acção formativa que vá para além da que tradicionalmente se tem desenvolvido na sala de aula; ou seja, queremos :

- bibliotecas bem equipadas e atraentes, com actividades de animação de leitura,

- oficinas de expressão dramática, plástica, musical, gabinetes de informática, explorando todo o mundo de possibilidades que se abrem à escola na exploração das redes globais da informação.

Pela avaliação do sistema e das escolas

A FNE considera que deve ser adoptado o princípio de que o sistema educativo deve ser sistematicamente sujeito a avaliação, nos diferentes níveis em que ele se concretiza. A credibilização do sistema educativo passa pela adopção de práticas avaliativas sérias, viradas para a sua melhoria.

Assim, defende-se que sejam estabelecidos mecanismos que garantam que as escolas procedam com regularidade à sua avaliação interna e que, também em intervalos adequados, sejam sujeitas a avaliação externa.

Por um ensino particular e cooperativo dignificado e responsabilizado

A FNE reitera a defesa do princípio de que ao Estado compete garantir a gratuidade de acesso ao ensino básico para todos os cidadãos e a liberdade de opção dos encarregados de educação relativamente à frequência de estabelecimentos de ensino público ou privado.

Deste modo, a FNE pautará a sua acção na defesa intransigente deste princípio.

Ao mesmo tempo, a FNE bater-se-á por um Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo

onde sejam expressas as exigências de rigor a que deve obedecer a oferta do ensino privado, mas onde se consubstanciem também as responsabilidades do Estado, ao nível do controlo da qualidade do ensino particular, ao nível da comparticipação nas despesas com os alunos, particularmente os da escolaridade obrigatória, ao nível do respeito pela autonomia pedagógica dos estabelecimentos de ensino.

O novo Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo deve assegurar a estrita equivalência de carreiras entre todos os trabalhadores da Administração Pública e do Ensino particular e Cooperativo, com mobilidade assegurada entre os dois sectores.

Na defesa dos trabalhadores das instituições privadas de solidariedade social

A FNE continuará a pautar a sua intervenção relativamente a esta área por uma grande consideração pela intervenção das IPSS e das Misericórdias no tecido social português.

No entanto, esta consideração não se compaginará nunca com a aceitação de qualquer situação de exploração dos respectivos trabalhadores.

Nestes termos, vamos continuar a bater-nos por que os trabalhadores da Educação destas Instituições tenham uma carreira equiparada à dos do ensino público.

Na defesa dos professores de Português no estrangeiro

Publicado o novo regime de concurso e de trabalho dos professores de português no estrangeiro, urge estabelecer os mecanismos reguladores da fixação anual das remunerações destes professores. Ao lado desta acção, a FNE realizará o acompanhamento permanente dos problemas que se levantam ao desenvolvimento da actividade destes professores, com vista à sua resolução.

Para além desta preocupação prioritária, a FNE desenvolverá acções que apoiem a



PROPOSTA DE PLANO DE ACÇÃO SINDICAL PARA O TRIÉNIO DE 1998/2000

COM TODOS MUDAR A ESCOLA CONSTRUIR O FUTURO

dinamização sindical nos diferentes países onde existe o ensino da língua e cultura portuguesas.

Por uma oferta qualificada de educação extra-escolar

A FNE, defendendo a distinção entre educação extra-escolar e ensino recorrente, considera que a primeira deve ser motivo de cada vez maior atenção, determinando-se as condições em que as escolas, em articulação com os recursos do meio em que se inserem, e de acordo com as necessidades que detectarem, poderão proporcionar ofertas de formação, em regime de parceria.

III

Ir mais longe na intervenção sindical

Tendo em vista tornar mais eficaz a sua acção, a FNE potenciará a organização interna, a partir da constituição de novos departamentos, com novas ideias retiradas da experiência acumulada e do contributo de mais dirigentes para uma nova etapa da nossa vida Federativa.

Acção de dinamização e debate

A criação de um departamento de acção de dinamização e debate, que será integrado pela Secretária Geral, os Vice Secretários Gerais e os Presidentes de todos os Sindicatos, corresponde a uma nova aposta da Federação que quer continuar a ser, a partir deste Congresso, promotora de um debate permanente nas escolas sobre todas as questões que interessam aos trabalhadores da Educação.

Os grandes objectivos fixados para esta acção são:

1. Criar um pensamento partilhado sobre a problemática educacional;
2. Garantir a relação permanente dos dirigentes da FNE com os Trabalhadores da Educação, mediada pela acção dos seus Sindicatos;
3. Criar uma Cultura FNE, como sistema

partilhado de valores e assumpções básicas sobre a problemática educacional e sindical.

A acção que pretendemos desenvolver basear-se-à no lançamento de dois debates anuais de longa duração, os quais se desenvolverão em torno de questões reivindicativas e educacionais. Estes debates serão preparados com os dirigentes regionais dos Sindicatos e serão acompanhados por suportes gráficos, recurso às novas tecnologias de informação e procurando envolver os meios de comunicação social.

Actividade cultural e social

A Federação entende que a sua actividade não se esgota nos aspectos reivindicativos. Nesse sentido, tem, ao longo dos anos, vindo a procurar desenvolver o sector cultural e social que reputa de muito importante, pois será, também através dele, que os Associados dos sindicatos membros e, portanto, Associados da FNE, se encontrarão e reforçarão o sentido de pertença à FNE.

Tendo como base este pensamento definem-se as seguintes linhas orientadoras para a acção a desenvolver neste âmbito:

- estabelecimento de protocolos com Instituições culturais, nomeadamente Centro Cultural de Belém, Fundação Calouste Gulbenkian, ou outras existentes nas capitais de distritos, de molde a que os Associados da FNE tenham acesso a todo o tipo de manifestações a preços reduzidos;

- criação e atribuição de um Galardão FNE a individualidade ou Instituição que ao longo de um determinado período se tenha destacado na área da Educação;

- elaboração de um Suplemento Cultural, a incluir no "Jornal da Federação" e que faça a divulgação de eventos culturais nacionais;

- organização de exposição nacional de trabalhos de pintura, escultura, poesia, entre outros, aproveitando datas como o 1º de Maio, a Festa de Fim de Ano Lectivo ou o aniversário da FNE

- organização anual de um ou dois circuitos culturais a nível nacional;



PROPOSTA DE PLANO DE ACÇÃO SINDICAL PARA O TRIÉNIO DE 1998/2000

COM TODOS MUDAR A ESCOLA CONSTRUIR O FUTURO

- organização de debates sobre temáticas actuais;
- participação em movimentos de solidariedade;
- estabelecimento de protocolos com diversas Instituições, no sentido de encontrar benefícios sociais para os Associados da FNE;
- elaboração e distribuição de um cartão FNE que dê acesso aos seus detentores às regalias FNE.

Estudos económicos

A intervenção que a FNE tem tido ao longo ao longo dos anos tem sido uma intervenção que não se tem ficado apenas pelos aspectos meramente reivindicativos, mas que, por força da ligação que as várias componentes se estabelecem, a FNE tem procurado analisar e intervir numa área bastante sensível para a educação com é o da Economia.

Assim, é porque se entende que, para que a FNE possa continuar a desenvolver o trabalho de qualidade que tem trealizado em prol da educação, devem ser definidas as seguintes linhas orientadoras para este Departamento:

- analisar a evolução de políticas económicas com incidência na educação;
- apoiar a acção reivindicativa no sector público, privado e social;
- recolher, organizar e tratar informação económica pertinente;
- promover debates para estudo e/ou aprofundamento de matérias relevantes nesta área.

Legislação

Intimamente ligado com a actividade que sempre tem sido a preocupação primeira da FNE - a acção reivindicativa - está o Departamento de Legislação. Porque se entende ser fundamental que não apenas os membros da FNE que se ocupam dos aspectos reivindicativos tenham conhecimento da legislação que vai sendo publicada, mas, que todos os associados da FNE

a ela tenham acesso, definiram-se as seguintes linhas de orientação nest área:

- organização de uma base de dados de legislação;
- preparação de informação que seja transmitida, por escrito, regularmente, ao Secretariado Executivo, acerca da legislação publicada;
- publicação, no "Jornal da Federação", de um sumário da legislação publicada e considerada pertinente.

Política de formação

A aposta feita pela FNE, há seis anos, de criar um Instituto Universitário vocacionado para a formação contínua e especializada de professores revelou-se uma iniciativa de sucesso. Pelo ISET passaram já milhares de professores, em percursos de formação mais ou menos longa, e já ultrapassam a centena os diplomas de estudos superiores especializados emitidos pelo ISET. Fiel a uma vocação de exigência, o Instituto vai criando uma imagem de qualidade que a todos nos orgulha.

Importa continuar no caminho empreendido e dar novos passos para fazer crescer a acção formativa que reputamos uma dimensão essencial do apoio a dar aos nossos associados. Assim, a FNE continuará a fazer do ISET o instrumento privilegiado da sua acção de formação e apostará na diversificação dos produtos oferecidos e dos públicos atingidos. Nesse sentido, propomo-nos :

- diversificar as áreas de formação oferecidas pelo ISET;
- adaptarmo-nos à novas organizações curriculares decorrentes das alterações introduzidas na Lei de Bases, criando licenciaturas complementares e cursos de especialização;
- criar cursos de formação sindical para responder qualificadamente às solicitações que nos sejam feitas pelos Sindicatos membros;
- alargar a acção do ISET à formação de outros profissionais de educação (técnico, administrativos e auxiliares de educação).

Em articulação com o departamento de



PROPOSTA DE PLANO DE ACÇÃO SINDICAL PARA O TRIÉNIO DE 1998/2000

COM TODOS MUDAR A ESCOLA CONSTRUIR O FUTURO

Relações Internacionais proporemos que o ISET realize um Seminário Internacional anual sobre temas educacionais de actualidade.

Por si mesma, ou no âmbito do ISET, a FNE organizará um Seminário anual sobre um tema de política educativa.

Política de informação e marketing

Ao longo dos anos a FNE sempre tem considerado as áreas da informação e do marketing como pontos chave na divulgação da sua acção e na construção da sua imagem, quer no que diz respeito aos associados dos seus sindicatos membros, quer com os próprios sindicatos, quer com o público em geral.

Neste sentido, a FNE estabelece as seguintes orientações no que respeita à Informação e ao Marketing:

- de dois em dois meses, será editado o "Jornal da Federação", o qual será remetido, às escolas pela FNE e aos sócios, por cada Sindicato membro;

- sempre que se preveja necessário, realizar-se-ão edições especiais do "Jornal da Federação" que garantam que todos os sócios conheçam com detalhe a acção da Federação, no mais breve espaço de tempo possível;

- proceder-se-á à distribuição regular à Imprensa de informações respeitantes à acção desenvolvida e às posições assumidas em matéria de política da educação pela FNE, continuando-se a prática de concluir o ano lectivo com uam Conferência de Imprensa na qual se estabeleça o respectivo balanço final, nomeadamente em termos de política educativa;

- continuar-se-á a fazer a divulgação à Imprensa e a todos os Sindicatos membros de comunicados que dêem conta dos aspectos mais relevantes tratados, quer em reuniões dos órgãos da FNE, quer com o Ministério da Educação, quer com as entidades patronais;

- manter-se-ão contactos regulares com a Imprensa, disponibilizando toda a informação que permita aos órgãos de Comunicação Social conhecer e divulgar as posições da FNE em matéria educativa;

- será distribuída informação, quer aos Sindicatos membros, quer à Imprensa sobre todos os eventos a levar a cabo ou concretizados pela FNE, para além dos que respeitam à acção reivindicativa, nomeadamente no que se reportar a Seminários, celebração do 1º de Maio, comemoração do 5 de Outubro - Dia Mundial do Professor, realização de reuniões internacionais;

- introduzir-se-ão melhorias, em termos gráficos, dos instrumentos utilizados pela FNE quer interna quer externamente;

- serão conduzidas acções que permitam repensar o conteúdo e o aspecto gráfico do "Jornal da Federação";

- far-se-á a programação anual de momentos concretos de intervenção fixos, nomeadamente o Dia do Professor, o Aniversário da FNE, início do ano lectivo, 1º de Maio;

- desenvolver-se-ão os mecanismos que levem à criação de uma página na Internet, a ser regularmente actualizada.

IV

Articular a acção da FNE com outras organizações nacionais e internacionais

A FNE terá a preocupação de manter a mais estreita relação com outros Sindicatos nacionais, nomeadamente no âmbito da FESAP e da UGT.

Ao nível internacional, a FNE empenhar-se-á numa participação regular e activa, quer no CSEE (Comité Sindical Europeu da Educação), quer na IE (Internacional da Educação).

COM TODOS MUDAR A ESCOLA CONSTRUIR O FUTURO